



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SANEPAR

Presidente: Vereador Paulo Henrique Areias Horácio
Vice Presidente: Vereadora Adriana Cocci de Moraes Castro
Relator: Vereador Vanderlei Francisco de Oliveira
Membros Titulares: Vereador Wilson Roberto David Mota
Vereador Josué de Oliveira Kersten

ATA Nº 09/2013

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às dezenove horas, na Sala de reuniões da Presidência da Câmara Municipal de Araucária, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Sanepar, presidida pelo Vereador Paulo Henrique Areias Horácio. A reunião foi convocada a pedido do Vereador Vanderlei Francisco de Oliveira, Relator da Comissão, para encontro com os Secretários Municipais: Loester Vargas Ilario, do Meio Ambiente; Fábio Alceu Fernandes, do Planejamento; Elias Ubirajara Kasecker Júnior, do Urbanismo; e Marco Antônio Ozório, de Finanças. Fizeram-se presentes a Vereadora Adriana Cocci de Moraes Castro, Vice-Presidente; os membros Vereadores Josué de Oliveira Kersten e Wilson Roberto David Mota, bem como, também participaram os Vereadores Alex Nogueira, Alexandre Gotfrid, Pedro Ferreira de Lima, Francisco Carlos Cabrini e Esmael Padilha, além da Equipe de Assessoria à CPI: Samuel Almeida da Silva, Coordenador Jurídico; Alex Silva de Sousa, Coordenador Geral da Secretaria da CPI; e André Luiz Zilli de Oliveira, Assessor da Diretoria. Foi discutido o auxílio da Prefeitura sempre que a Sanepar fez alguma obra de extensão das redes de água em Araucária e que a cada recebimento de uma obra o contrato é renovado para o prazo de mais trinta anos a partir daquela data. O Senhor Elias comentou que é um absurdo o contrato estabelecer que a Sanepar fará apenas a coleta dos esgotos e não o tratamento. Em relação ao Plano Municipal de Saneamento, o Presidente, Vereador Paulo Horácio comentou que cerca de oitenta por cento dos Municípios do Paraná atendidos pela Sanepar não tem condições de contratar um plano municipal de saneamento e terá que aceitar o que é padronizado pela Companhia, o que talvez nem seja aceito pelo Ministério das Cidades e indagou sobre a existência de um cronograma referente ao Plano de Saneamento em Araucária, sendo afirmado que o processo de licitação para a contratação de um novo plano de saneamento está em andamento e já se previu um prazo mínimo de nove meses para a conclusão de todas as etapas, cujo valor máximo do Edital será estabelecido em quinhentos mil reais, conforme cotação resultado de pesquisa de mercado de referência. Este valor já está previsto no Orçamento do Município. O Secretário Elias conclamou a Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SANEPAR

Presidente: Vereador Paulo Henrique Areias Horácio
Vice Presidente: Vereadora Adriana Cocci de Moraes Castro
Relator: Vereador Vanderlei Francisco de Oliveira
Membros Titulares: Vereador Wilson Roberto David Mota
Vereador Josué de Oliveira Kersten

para participar do processo de mobilização da comunidade em torno da execução do Plano Municipal de Saneamento e aventou-se a possibilidade de que, após a data limite de trinta e um de dezembro deste ano, a Sanepar venha a interromper a prestação dos serviços e também cessem os investimentos estaduais e federais para o saneamento, caso não esteja aprovado um plano de saneamento. O Relator, Vereador Vanderlei de Oliveira solicitou mais agilidade para que o processo tenha um andamento mais rápido para não promover dificuldades após findar o prazo legalmente instituído para a apresentação do Plano de Saneamento. O Secretário de Urbanismo aventou a possibilidade de um plano em caráter emergencial até que se efetive o definitivo, ficando de encaminhar à Comissão o prazo máximo em que este pode ser feito. Foi comentado que a Sanepar está pressionando o Município para que contrate com ela o plano de saneamento, com a intenção de continuar a ser contratada para os serviços. O Presidente afirmou que nas próximas fases dos trabalhos da CPI será recomendada a repactuação do Contrato de Concessão contemplando o que vai ser visto no plano municipal, lembrando que a Sanepar tem a outorga do Ministério das Minas e Energia, e disse que a Sanepar tem colocado a culpa das irregularidades na inexistência do referido plano até hoje. O Vereador Roberto Mota afirmou que sua posição pessoal é favorável à criação de uma empresa pública de saneamento para resolver inclusive o problema de índice orçamentário, e disse que a Sanepar não responde às solicitações sobre a arrecadação no Município porque este deve ser um valor considerável e a municipalização do serviço será positiva para Araucária. O Presidente comentou que o contrato de concessão deve obedecer principalmente a Legislação e não apenas se ater ao que está no Contrato e, no entanto, as ideias que foram utilizadas na elaboração do contrato de mil e novecentos e setenta e dois já estão ultrapassadas nos dias de hoje. Também comentou sobre a possibilidade de ser necessário desmembrar o Município de Araucária da Região Metropolitana, pois a questão de saneamento hoje é vista de forma conurbana, como a que Araucária está inserida. A Vereadora Adriana questionou sobre qual seria o prazo mínimo de duração de um contrato com uma empresa de saneamento, e sugeriu que um prazo menor devesse ser estipulado para a próxima assinatura de contrato. O Secretário Elias Kasecker disse que o plano deve ser feito agora de qualquer forma, independentemente dos detalhes, os quais poderão ser readequados no decorrer da implementação do mesmo. A Vereadora Adriana Cocci solicitou ao Secretário Loester



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SANEPAR

Presidente: Vereador Paulo Henrique Areias Horácio
Vice Presidente: Vereadora Adriana Cocci de Moraes Castro
Relator: Vereador Vanderlei Francisco de Oliveira
Membros Titulares: Vereador Wilson Roberto David Mota
Vereador Josué de Oliveira Kersten

Vargas, que encaminhe para a CPI a lista com os nomes dos técnicos da Vigilância Sanitária responsáveis pela fiscalização das pessoas que jogam lixo nos rios do Município. O Secretário Elias Kasecker afirmou que o Alvará, para a realização das obras nas estações de tratamento em Araucária, não está pronto e, mesmo assim, a empresa continua a realizar a obra e disse que se for da vontade da Administração a mesma poderá ser embargada, contudo, não vê nesta atitude um bom negócio agora para o Município. O Vereador Roberto Mota falou que a Câmara tem ajudado muito a Prefeitura até agora e disse que o Prefeito Olizandro foi o maior vencedor nesta Legislatura por tudo o que fez e comentou sobre as críticas veiculadas nas redes sociais a respeito dos gastos da Câmara Municipal ou a respeito do trabalho dos Vereadores, feito por pessoas pagas pela Comunicação da Prefeitura para falarem mal dos Vereadores que, na verdade, estão ajudando o Prefeito. Afirmou ainda que vai solicitar o nome das pessoas que tiveram abertos empenhos e foram pagos com o dinheiro da Prefeitura pela Secretaria de Finanças. Nada mais havendo a tratar, eu, Júlio Sandro Inforzato, que secretariei esta reunião, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos demais presentes.

Ver. Paulo Henrique Areias Horácio
PRESIDENTE – CPI

Ver^a. Adriana Cocci de Moraes Castro
VICE-PRESIDENTE

Ver. Vanderlei Francisco de Oliveira
RELATOR - CPI

Wilson Roberto David Mota
MEMBRO

Ver. Josué de Oliveira Kersten
MEMBRO

Alex Silva de Sousa
COORD. GERAL DA SECRETARIA

Samuel Almeida da Silva
COORDENADOR JURÍDICO

André Luiz Zilli de Oliveira
ASSESSOR DA DIRETORIA

Júlio Sandro Inforzato
Secretário Ad-Hoc